

SATERÉ-MAWÉ: TERRITORIALIDADES NA COMUNIDADE INDÍGENA PONTA ALEGRE NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA-AMAZONAS-BRASIL

Sateré-Mawé: Territorialities in the indigenous community Ponta Alegre in the municipality of Barreirinha-Amazonas-Brasil

Sateré-Mawé: Territorialidades en la comunidad indígena Ponta Alegre en el municipio de Barreirinha-Amazonas-Brasil

Tadeu de Souza Menezes
Universidade Federal de Roraima
tadeumenezes81@gmail.com

Maria Barbara de Magalhães Bethonico
Universidade Federal de Roraima
maria.bethonico@ufrr.br

Resumo

Este artigo é fruto da dissertação de mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Roraima, denominada: “Sateré-Mawé: Territorialidades na comunidade indígena Ponta Alegre no município de Barreirinha-Amazonas-Brasil.” Tem como foco a análise do uso do território pelos Sateré-Mawé. Para isso, foi fundamental compreender o processo de territorialização; mapear a organização territorial da comunidade; identificar e localizar as atividades desenvolvidas pelos Sateré-Mawé no uso do território. Utilizou-se as abordagens qualitativa e quantitativa, de natureza aplicada, com objetivos de caráter descritivo, com procedimentos de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, uso de técnicas de entrevistas semi-estruturada, observação direta e contínua, registro fotográfico e oficinas. Para tanto, temos as abordagens de autores sobre os conceitos de espaço geográfico, território e territorialidade, destaque para Rogerio Haesbaert. Outro ponto de grande relevância na pesquisa foi o Método Indutivo Intercultural proposto por Jorge Gasché, através do Calendário Socionatural. Com a pesquisa foi possível compreender que a territorialidade Sateré Mawé está atribuída as atividades de caça, pesca, roça, cultivo, criação de animais, plantas medicinais, atividade extrativista, entre outras, em área de uso familiar ou coletivo, onde o Calendário Socionatural proporcionou a identificação e análise do uso do território pelos Sateré Mawé. Além disso, foi fundamental o etnomapeamento com a localização espacial das atividades de uso do território em três localidades, o Arauá, Sapucaia Mirim e Diamantino. Com a pesquisa pretendemos oportunizar políticas públicas de gestão territorial aos povos indígenas. Além de uma contribuição significativa para compreensão do espaço geográfico, através da categoria de análise o território.

Palavras-Chave: Uso do território. Terra Indígena. Ponta Alegre. Sateré Mawé.

Abstract

This article is the result of a Master's dissertation in Geography from the Federal University of Roraima, called: "Sateré-Mawé: Territorialities in the Ponta Alegre indigenous community in the municipality of Barreirinha-Amazonas-Brazil." It focuses on analyzing the use of territory by the Sateré-Mawé. For this, it was essential to understand the process of territorialization; map the community's territorial organization; identify and locate the activities developed by the Sateré-Mawé in the use of the territory. Qualitative and quantitative approaches were used, of an applied nature, with descriptive objectives, with bibliographic research procedures, field research, use of semi-structured interview techniques, direct and continuous observation, photographic record and workshops. For that, we have the approaches of authors on the concepts of geographical space, territory and territoriality, highlighting Rogerio Haesbaert. Another point of great relevance in the research was the Intercultural Inductive Method proposed by Jorge Gasché, through the Socionatural Calendar. With the research it was possible to understand that the Sateré Mawé territoriality is attributed to hunting, fishing, farming, cultivation, animal husbandry, medicinal plants, extractive activities, among others, in areas of family or collective use, where the Socionatural Calendar provided the identification and analysis of the use of the territory by the Sateré Mawé. In addition, ethnomapping with the spatial location of activities using the territory in three locations, Arauá, Sapucaia Mirim and Diamantino, was fundamental. With the research, we intend to provide indigenous peoples with public policies for territorial management. In addition to a significant contribution to understanding the geographical space, through the category of analysis the territory.

Keywords: Use of territory. Indigenous Land. Ponta Alegre. Sateré Mawé.

Resumen

Este artículo es el resultado de una tesis de maestría en Geografía de la Universidad Federal de Roraima, denominada: "Sateré-Mawé: Territorialidades en la comunidad indígena Ponta Alegre en el municipio de Barreirinha-Amazonas-Brasil". Se centra en analizar el uso del territorio por parte de Sateré-Mawé. Para ello, era fundamental comprender el proceso de territorialización; mapear la organización territorial de la comunidad; identificar y ubicar las actividades desarrolladas por el Sateré-Mawé en el uso del territorio. Se utilizaron enfoques cualitativos y cuantitativos, de carácter aplicado, con objetivos descriptivos, con procedimientos de investigación bibliográfica, investigación de campo, uso de técnicas de entrevista semiestructurada, observación directa y continua, registro fotográfico y talleres. Para ello, contamos con los planteamientos de autores sobre los conceptos de espacio geográfico, territorio y territorialidad, destacando Rogerio Haesbaert. Otro punto de gran relevancia en la investigación fue el Método Inductivo Intercultural propuesto por Jorge Gasché, a través del Calendario Socionatural. Con la investigación se pudo entender que la territorialidad de Sateré Mawé se atribuye a la caza, pesca, agricultura, cultivo, ganadería, plantas medicinales, actividades extractivas, entre otras, en áreas de uso familiar o colectivo, donde el Calendario Socionatural disponía la identificación y análisis del uso del territorio por parte de Sateré Mawé. Además, el etnomapeo con la ubicación espacial de las actividades de uso del territorio en tres localidades, Arauá, Sapucaia Mirim y Diamantino, fue fundamental. Con la investigación pretendemos dotar a los pueblos indígenas de políticas públicas de gestión territorial. Además de una importante contribución a la comprensión del espacio geográfico, a través de la categoría de análisis del territorio.

Palabras clave: Uso del territorio. Tierra indígena. Ponta Alegre. Sateré Mawé.

Introdução

O presente artigo é fruto da dissertação de mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Roraima, está direcionada ao povo Sateré-Mawé localizada na Terra Indígena Andirá-Marau, nos estados do Amazonas e Pará. Com recorte geográfico na comunidade indígena Ponta Alegre, no município de Barreirinha- Amazonas -Brasil.

Os Sateré-Mawé agentes sociais da organização e uso do território com suas inúmeras atividades de caças, pescas, artesanatos, roças, coleta de frutos amazônicos, extração vegetal, criação de animais, cultivos de plantas medicinais, entre outros, em áreas de uso familiar ou coletiva, exemplificam as formas de organizações territoriais e territorialidades como agentes sociais.

Haesbaert (2001) destaca as ações que ocorrem dentro dos territórios, chamando de territorialidades tudo aquilo que acontece dentro do território através das ações de seus agentes sociais.

O território está relacionado ao poder do Estado. Porém, esse “poder” ultrapassa a função administrativa, política e econômica, surgindo outras formas de poder como a afetiva, cultural, simbólica, tecnológica, ideológica e natural, resultado da dinâmica dos agentes sociais sobre o território (RAFFESTIN, 1993).

As territorialidades na comunidade Ponta Alegre é objeto de estudo. Para tanto, teve como base três questionamentos.

- 1- De que forma acontece organização e reorganização territorial dos Sateré-Mawé como agentes sociais na comunidade?
- 2- Quais as ações/atividades e localizações espaciais realizadas pelos agentes sociais indígenas no uso do seu território?
- 3- Quais as relações sociais e políticas dos agentes sociais ou autores da comunidade e os elementos indicadores da territorialidade Sateré-Mawé?

A partir desses questionamentos compreendemos a dinâmica do processo de territorialidade no uso do território na comunidade de Ponta Alegre, oportunizando desta forma, analisar e compreender as ações de seus agentes sociais sobre o território.

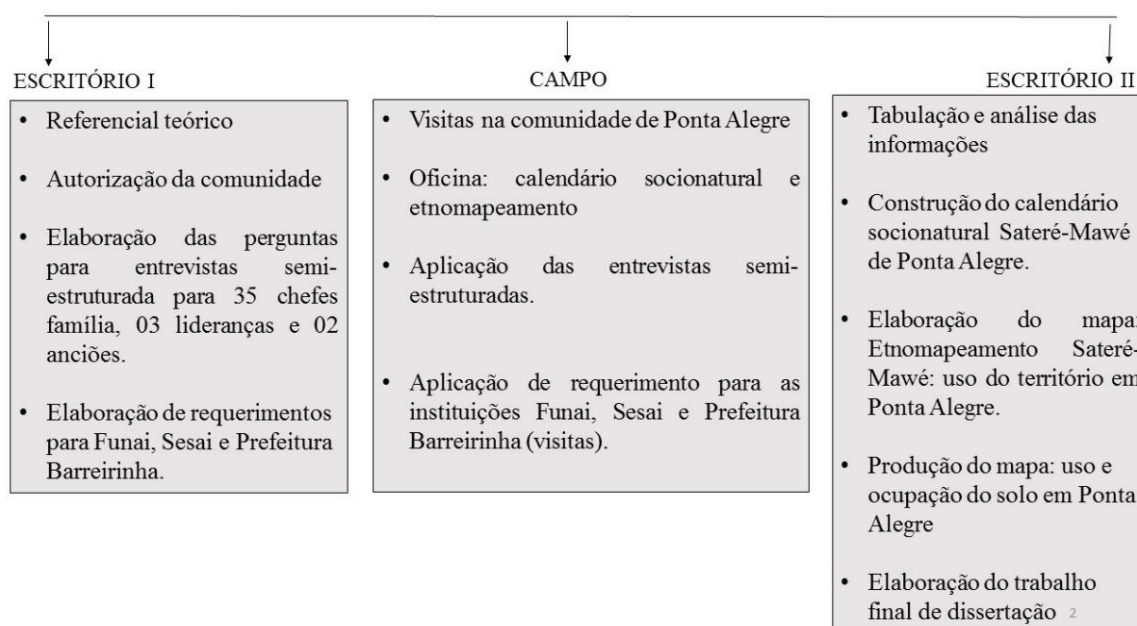
Nesse sentido, o espaço geográfico em sua categoria de análise o território, acerca de suas abordagens sobre territorialidade, utilizando o Método Indutivo Intercultural proposto por Jorge Gasché, como instrumento de estudo, compreensão e análise da territorialidade Sateré-Mawé.

Temos o estudo denominado “Sateré-Mawé: Territorialidades na comunidade indígena Ponta Alegre no município de Barreirinha-Amazonas-Brasil”, com objetivo de analisar as territorialidades (uso do território) pelos indígenas na comunidade Ponta Alegre. Para isso, foi fundamental: a) compreender o processo de territorialização Sateré-Mawé da comunidade; b) mapear a organização e divisão territorial de Ponta Alegre; c) identificar e analisar as atividades desenvolvidas pelos Sateré-Mawé do uso território, através do calendário socionatural (tempo) do Método Indutivo Intercultural e do etnomapeamento (espaço) na comunidade; d) analisar a luz do referencial teórico, as relações sociais e políticas dos agentes ou atores da comunidade e os elementos indicadores das transformações territoriais.

Metodologia utilizada na pesquisa

Utilizou-se as abordagens qualitativa e quantitativa, de natureza aplicada, com objetivos de caráter descritivo, com procedimentos de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, geohistórica e documental. O uso de técnicas como entrevistas semi-estruturada, observação direta e contínua, registro fotográfico, registro de vídeo-áudio e realização de oficinas. Desta forma, organizamos a pesquisa metodologicamente em três partes: escritório I, campo e escritório II, demonstrado no Esquema 01 a seguir.

Esquema 01 - Etapas da Pesquisa



Fonte: Org.: Autor, 2019.

Para tanto, temos como referencial teórico as abordagens sobre território e territorialidade de Raffestin e Haesbaert, por estarem íntimos aos objetivos propostos. Assim como o Método Indutivo Intercultural, com sua fundamentação teórica e metodológica na linha de pensamento vigotskyana, manifestando claramente a opção pelo enfoque da Teoria Histórico-Cultural da Atividade Humana (THCA), fundamentada no Materialismo Histórico Dialético (GASCHÉ, 2014).

Através do Calendário Socionatural e seus respectivos indicadores, o Método Indutivo Intercultural fruto de estudos em comunidades indígenas, ribeirinhas na Amazônia peruana e efetivada no México, o Método consiste numa abordagem política, epistemológica e pedagógica, com uma flexibilidade para se adaptar a diferentes contextos socioculturais, com intuito de analisar as atividades sociais entre a integridade homem e natureza (sociotureza), ou seja, utilizada para identificar e analisar as atividades de uso do território (REPETTO; SILVA, 2016).

Para a captura de informações, utilizou as entrevistas semi-estruturada com indígenas em Ponta Alegre e a realização da oficina do “Calendário socionatural e o etnomapeamento” para a identificação e localização espacial das atividades de uso do território, houve ainda a pesquisa documental nas instituições com visita na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na cidade de Parintins-Am, para coleta de dados sobre a demarcação e homologação da Terra Indígena Andirá/Marau.

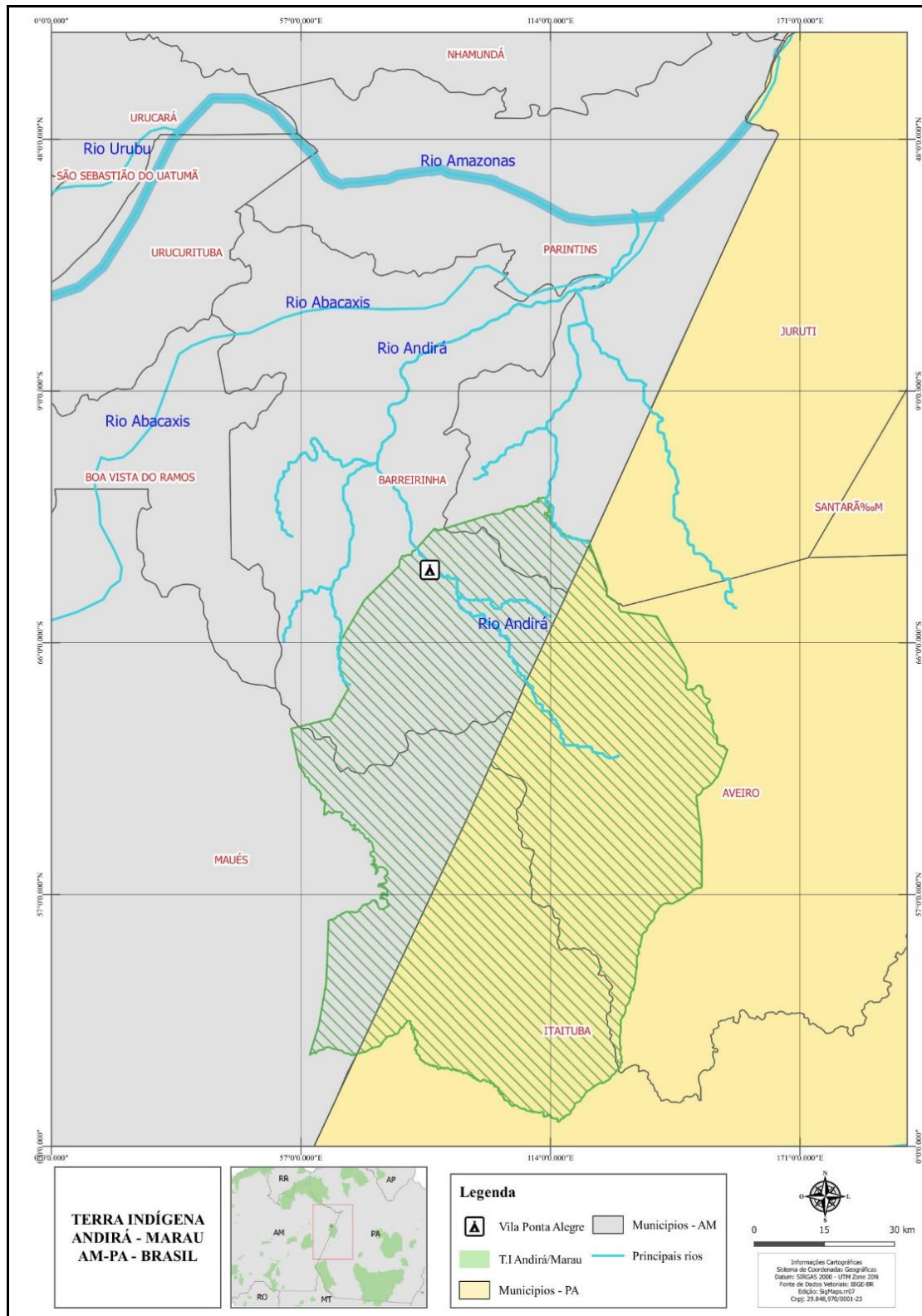
Visita na Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) na cidade Parintins-Am, para coleta de dados e informações sobre (população, número de habitantes na comunidade, família, sexo, faixa etária, atividades, ocupação). Visita a Prefeitura Barreirinha-Am, para coleta de dados e informações sobre a mudança da comunidade de Ponta Alegre a categoria de Distrito. Posteriormente a aquisição das informações, procedeu análise e tabulação das informações e elaboração dos mapas, calendário socionatural e trabalho final.

Área de estudo: recorte geográfico

A Terra Indígena Andirá/Marau de acordo com a FUNAI (2018) compreende uma área de 788.528 ha, no estado do Amazonas está distribuída pelos municípios de Maués (148.622 ha); Parintins (30.994 ha) e Barreirinha (143.044 ha); e no estado do Pará pelos municípios de Itaituba (350.615 ha) e Aveiro (115.253 ha), conforme o mapa 01- Localização de Ponta Alegre na Terra Indígena, organizado adiante.

A Comunidade Ponta Alegre está ao norte da Terra Indígena – T.I, localizada no estado do Amazonas no município de Barreirinha a 372 Km de distância em linha reta de Manaus-Am, a margem esquerda do rio Andirá. Situa-se ao norte: Igarapé do Arauá; ao sul: Igarapé do Diamantino; a Oeste: comunidade Nova Vida II e a leste: Igarapé Sapucaia Mirim.

Para chegar em Ponta Alegre, tendo como referência Manaus-Am, é necessário seguir o seguinte trecho: Manaus/Parintins/Barreirinha/Ponta Alegre. No trecho Manaus/Parintins: pode se chegar por via área (01 hora de viagem) ou via fluvial (embarcação 18 horas ou lancha 09 horas de viagem). No trecho Parintins/Barreirinha: somente via fluvial (embarcação 05 horas ou lancha 02 horas de viagem); trecho Barreirinha/Ponta Alegre: somente via fluvial (embarcação 05 horas ou lancha 02 horas de viagem).



Mapa 01 - Localização de Ponta Alegre na Terra Indígena
 Fonte: FUNAI, 2018.Org.: Autor, 2020.

Território Sateré – Mawé

O território é um espaço apropriado pelos grupos, não apenas politicamente, mas também economicamente e culturalmente. E também constituído por um jogo de complexas relações, entre os grupos, que ora o dominam, ora perdem esse domínio frente a outros grupos mais fortes ou melhores articulados (HAESBAERT, 2007).

De acordo com as concepções de Haesbaert (2007, p. 101) a respeito do território e sua classificação em três vertentes: 1) jurídico-política, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; 2) cultural(ista), que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”; 3) econômica, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho.”

O povo Sateré –Mawé possui seu território material a partir da vertente jurídica-política, constituída a partir da homologação em 1986 da T.I. Andirá/Marau. Os Sateré Mawé tentam controlar o acesso de outros grupos ao seu território, muito embora a T.I tenham adquiridos outras funções, sem marcas simbólicas e culturais dos indígenas. Como as invasões de madeireiros, posseiros, grileiros, garimpeiros em seu território.

O território culturalista visa a imaterialidade Sateré-Mawé, destaca-se na configuração do território referente as marcas simbólicas e culturais dos indígenas com o seu território. O território imaterial são construções do imaginário, cultural e significativas dos grupos, que mesmo assim exercem suas territorialidades para com o território.

Desde o século XVIII os Sateré-Mawé teve sua à redução territorial a partir das tropas de resgate que penetraram grandes áreas da Amazônia; da implantação de missões jesuítas e carmelitas ao longo dos principais rios amazônicos; da “busca desenfreada” das drogas do sertão; com a exploração da borracha durante o século XIX e início do XX; e, por fim, da “expansão econômica das cidades de Maués, Barreirinha, Parintins e Itaituba para o interior dos municípios, alocando fazendas, extraindo pau-rosa, abrindo garimpos, dominando a economia indígena através de regatões” (LORENS, 1992, p. 18). As cidades de Maués, Parintins e Itaituba, inclusive, foram fundadas sobre restos de malocas dos Sateré-Mawé.

De acordo com Haesbaert (2004) temos o território político/jurídico e o território cultural/simbólico, que faz uma distinção entre o que denomina “território unifuncional” e território “espaço-tempo-vivido”. O primeiro está relacionado à lógica capitalista hegemônica, “especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão, o que não admite multiplicidade/sobreposições de jurisdições e/ou territorialidades” (HAESBAERT, 2007a, p. 21). Enquanto espaço-tempo-vivido aparece como resultado de processos diversos e complexos produzido nas tramas materiais e imateriais do cotidiano social (HAESBAERT, 2007a), ou seja, na vivência e na identidade dos agentes sociais.

Nesse sentido a Terra Indígena Andirá/Marau homologada 1986, corresponde ao território unifuncional e ao passo que o território espaço vivido, refere-se a sua organização social, política, cultural e econômica, muito influenciada pelas suas atividades de uso do território. Atividades estas bastante praticadas nas comunidades sendo uma delas Ponta Alegre.

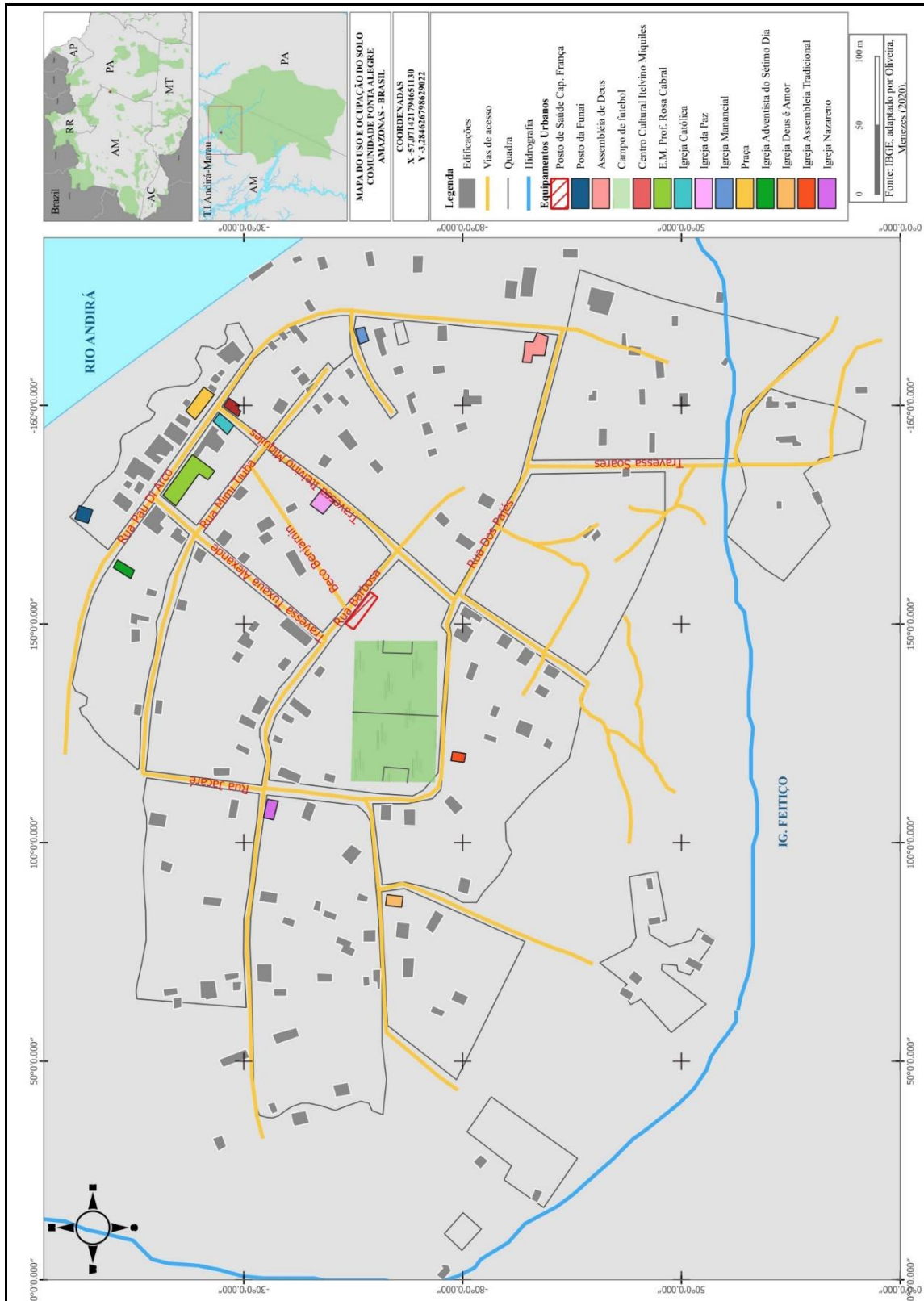
Ponta Alegre: hoje.

Ponta Alegre é uma das 53 comunidades existentes na região do Andirá. Em 2002, de acordo com Diagnóstico Sócio Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé (2004), os moradores de Ponta Alegre correspondiam a 397 hab. Em 2013, segundo o Sistema de Informação Atenção à Saúde Indígena (SIASI) a população na comunidade subiu para 785 hab. Em 2019, Ponta Alegre possui aproximadamente 1.008 habitantes (SIASI).

A comunidade tem como referência o rio Andirá, no fluxo de pessoas, mercadorias, produtos, embarcações entre outros. No mapa 02-Distribuição Espacial da comunidade Ponta Alegre, adiante, organizado com base na pesquisa de campo e dados IBGE (2020), observamos que a comunidade surgiu e cresce, sempre mantendo relações através das ruas entre as áreas mais distantes com o rio. Há presença ainda de um campo de futebol onde são realizados campeonatos e torneios locais masculino e feminino. Em sua infraestrutura encontramos algumas ruas cimentadas ou de chão; sistema de água canalizada; rede elétrica 24h do Programa Federal “Luz para Todos”; Telefonia fixa residencial e público; Escola Municipal Professora Rosa Cabral; Posto de Saúde “Francelino Gregório”; Padarias; Pequenos comércios de gêneros alimentícios; 07 Igrejas (Católica, Adventista do

Sétimo Dia, Igreja da Paz, Igreja Assembleia de Deus, Igreja Tribos do Brasil, Igreja Assembleia de Deus Tradicional e Igreja Manancial)

A Comunidade Ponta Alegre se tornou Distrito, sede administrativa do município de Barreirinha-Am em 2013 quando o prefeito era o indígena Mecias Sateré, que se baseou na Lei Orgânica do Município de Barreirinha-Am, em seu Artigo 195º onde afirma que só é considerado distrito todas as comunidades com uma população acima de 80 famílias e que tenham as condições básicas como escolas, posto de saúde, energia elétrica, água encanada entre outros.



Mapa 02 – Distribuição Espacial da comunidade Ponta Alegre

Fonte: IBGE, 2020.Org.: Autor, 2020.

Ponta Alegre possui uma relação dinâmica com outras comunidades, com embarcações vindo ou indo de Parintins e Barreirinha ou para outras comunidades ao longo do rio Andirá, voadeiras, rabetas, canoas que contribuem para o fluxo de materias (cargas e passageiros). Constantemente, são os times de futebol das comunidades que trocam visitas, nos campeonatos organizados entre os mesmos. Eventualidade no calendário da comunidade, trazem visitantes também não indígena, como, da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), da Diocese de Parintins e outros políticos, jornalistas, pesquisadores (FIORI, 2018).

O Povo Sateré-Mawé com suas fronteiras materiais e imateriais possibilitou a entrada das novas formas de comunicação, conhecimento e vivência. Resultando nas mudanças em seu espaço geográfico e conseqüentemente no processo de organização de seu território e principalmente na forma de uso, ocasionando um dinamismo em sua territorialidade.

Organização territorial e espacial de Ponta Alegre

As lideranças legais da comunidade são compostas pelo Tuxaua Geral do rio Andirá seu Amado Menezes Filho; o Tuxaua da comunidade seu Hélio Barbosa da Silva e o representante da prefeitura de Barreirinha o sr. Adson Marques Tavares que estava frente do cargo até dezembro de 2019, sendo o novo representante eleito pela comunidade o sr. Jamilsom Barbosa.

Todo território implica em uma delimitação material ou imaterial. No campo concreto, representada pelos limites físicos e definida pelos atores envolvidos e no campo abstrato por meio de representações (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Dessa forma, temos em Ponta Alegre suas divisões territoriais caracterizadas em setores I, II, III, IV, sítios, áreas de uso familiar ou de uso coletivo, que anteriormente as delimitações realizadas pelos órgãos governamentais oficiais, fazem parte do respectivo grupo.

Ponta Alegre atualmente possui cerca de 143 casas distribuídas em quatro setores. O motivo da setorização, tem como fator principal a organização e limpeza na comunidade, com o crescimento espacial e populacional, alguns indígenas propuseram que cada morador deveria fazer a faxina próximo a sua casa. Desta forma, com imagem obtida no GOOGLE EARTH (2019) e informações adquiridas no campo realizado na comunidade. Podemos observar Ponta Alegre dividida geograficamente em setores I, II, III e IV conforme a Imagem 01 - Ponta Alegre, divisão em setores, organizado adiante.

O setor I tem como responsável o senhor Edmilson Carvalho, inicia as margens do rio Andirá e adentra a comunidade, sua expansão segue direção sul da comunidade. É o maior setor com 73 casas, possui ruas cimentadas e de chão, rede de energia elétrica, sistema de água encanada. Moram as famílias Barbosa, Calixto, Pereira, Santos, Lima, Lopes, Menezes, Cabral, entre outras. Ali está presente a Igreja Adventista do Sétimo dia, Igreja Deus é Amor, Igreja Nazareno, o antigo posto da FUNAI.



Imagem 01 - Ponta Alegre, divisão em setores
Fonte: GOOGLE EARTH, 2019. Org.: Autor, 2020.

O setor II tem como responsável o Tuxaua Amado Menezes, corresponde ao centro de Ponta Alegre, inicia as margens do rio Andirá e adentra a comunidade no sentido sul, estão presentes as famílias Ferreira, Souza, Menezes, Carvalho, Oliveira, Miquiles, Pereira e outras. No setor estão localizados 40 casas, a Igreja Católica que marca o centro da comunidade, juntamente, com o Centro Cultural Etelvino Miquiles (barracão), uma pequena praça, a escola municipal “Professora Rosa Cabral”, o posto de saúde “Francelino Gregório de Souza”, Igreja Assembleia Tradicional, Igreja da Paz, um campo de futebol, além das praias no qual os moradores ou visitantes têm como referência para tomar banho, lavar roupa, guardar canoas, embarcações e voadeiras no embarque e desembarque de pessoas, produtos e cargas.

O setor III, tem como responsável o senhor Jander Evangelista, é o setor leste de Ponta Alegre, que se estende ao sul, onde estão localizadas as famílias Araújo, Vieira, Carvalho,

Ferreira, Souza, Reis e outras. Pontes dão acesso a outra parte da comunidade no período das cheias, neste setor estão localizadas 33 casas, a igreja Assembleia de Deus e a Igreja Manancial. Podemos encontrar ruas de chão, rede de energia elétrica e água encanada.

O setor IV ou Vila Brasil é o mais recente, surgiu quando seu Waldemar decidiu levar seus familiares para morarem no local, é composto por apenas quatro casas, porém, as demais áreas no setor ou vila Brasil, estão todas loteadas em tamanho diferente, conforme a chegada e delimitação dos indígenas na comunidade.

Atividades Sateré-Mawé: uso do território

A territorialidade está ligada ao modo como os agentes sociais utilizam o território e como elas se organizam e dão um significado para o determinado espaço (HAESBAERT, 2007a, p. 30). A relação dos Sateré Mawé com uso do território está relacionada com as diversas atividades desenvolvidas pelos indígenas em seu cotidiano.

Para José Miquiles, conhecido como Tinico, 52 anos de idade, caçador, agricultor, mateiro, cantador no ritual da Tucandeira, nascido e criado em Ponta Alegre, afirma que é do território, da natureza que retira o alimento para sua família, retira os materiais e produtos para produção dos artesanatos, onde fazem o roçado, caçam ou pescam. O território é um pedaço de terra destinado para realizar algum trabalho, os indígenas têm terra para morar, plantar e utilizar conforme sua necessidade.

Para senhora Marilucia Souza, 46 anos de idade, indígena, professora da Escola Municipal Professora Rosa Cabral há 23 anos. O território é um determinado espaço que tem, para ser usado de maneiras diferentes, cada família ocupa um espaço que pertence aos seus ancestrais. A professora afirma que acontece conflitos, quando entram no território que pertence a outra família, mas, com a intervenção do tuxaua logo é resolvido. Diz ainda, que atualmente a organização e distribuição do uso do território é feito pelas lideranças da comunidade. Caso, haja família recém-chegada na comunidade é destinado de acordo com as lideranças, um local para mesma.

Para seu Amado Menezes Filho, 63 anos de idade, tuxaua geral do rio Andirá, o território é uma área demarcada e homologada para os indígenas. Para definir as regras de posse e uso do território são feitas reuniões com a comunidade para informar como devem trabalhar, definir os limites, tipos de atividades, evitando ou solucionando conflitos que envolvam o uso do território ou alguma atividade que possa prejudicar a comunidade. Por

exemplo, pesca com o timbó, não é permitida, pois mata muitos peixes pequenos, além de deixar água imprópria para o consumo humano.

Menciona ainda, que houveram mudanças nos últimos anos na organização do território, mudou, antes não havia limites, com aumento da população da comunidade foi necessário delimitar as áreas para as familiares trabalharem. Ele reforça ainda, que existem áreas para todos na comunidade, áreas de uso familiar e áreas de uso coletivo. Por isso, ele é responsável pelas questões de terras, quando as pessoas lhe procuram, vai até o local, conversa e resolve da melhor forma possível.

Nas entrevistas com moradores de Ponta Alegre, foi possível identificar as atividades relacionadas ao uso do território, tendo como resultado os dados no quadro 01 a seguir, podemos verificar o tipo de atividades, a descrição e onde são realizadas.

Quadro 01 - Ponta Alegre: Uso do Território

Ordem	Atividade	Descrição	Onde
01	Roçado (planta-se variedade)	Maniva, cará, batata doce, jerimum, milho, banana, outros.	- sítios (área de uso familiar)
02	Pesca	Tucunaré, Pacu, charuto, cará-açú, jaraqui, traíra, aracu, branquinha.	- rios, igarapés (área de uso coletivo)
03	Caça	Veado, cutia, paca, macaco, guariba, preguiça, caititu, anta, tucano.	- mata (área de uso coletivo)
04	Plantação (planta-se apenas um tipo)	Guaraná, mandioca, ervas medicinais	- sítio (área de uso familiar)
05	Criação	Galinhas, patos, jacamim, porco, veados, anta, jabuti outros	- sítio (área de uso familiar)
06	Frutos amazônicos	Açaí, bacaba, patoá, buriti, outros	- mata (área de uso familiar ou coletivo)
07	Produtos medicinais	Andiroba, copaiba, mel de abelha, leite e amapá, formigas tucandeiras, saúva, fibras, ervas medicinais.	- mata (área de uso coletivo)
08	Artesanato	Paneiro, peneira, colar, anel, cocar, pau de chuva.	- sítio ou casa (área de uso familiar ou coletivo)
09	Madeira/Palhas	Construção de casas	- mata (área de uso coletivo)
10	Serviços	Transporte coletivo via fluvial, Comercio de produtos em geral	- rios (área de usos coletivo) - casa (área de uso familiar)

Fonte: Org. Autor, 2019.

A atividade mais praticada pelos indígenas em Ponta Alegre é o roçado, dos 35 chefes de famílias entrevistados, 32 tinham o roçado como atividades relacionadas ao uso do

território. É no roçado que se planta a maniva, conseqüentemente a mandioca e a produção de farinha d'água que é considerada uma das melhores da região, por ser amarelada, crocante, grãos médios e saborosa. Além da farinha, produzem da mandioca a farinha tapioca, tucupi, beijus, crueira, gomas, bebidas, entre outras. E no roçado que cultivam também o cará branco, cará roxo, batata doce, macaxeira, produtos fundamentais na alimentação diária dos indígenas.

E comum durante a prática do roçado o “puxirum” (mutirão realizado com a comunidade a convite do morador) para fazer o roçado, seja nas etapas de derrubada, queima, limpeza ou plantação. A escolha das áreas fica a critério do dono do roçado, mas segue uma espécie de rodízio do uso da terra, a área de uso familiar é dividida e a cada ano se utiliza uma área diferente para prática do roçado, deixando a anterior se recompor, ao passo que no momento que retornarem a primeira, a mesma está apta ao roçado ou outra atividade.

Os produtos produzidos a partir do roçado, são destinados ao consumo familiar, trocas ou comercializado na comunidade e municípios próximos. Além disso, temos ainda a pesca, a caça, plantação, criação de aves e animais, coleta de frutos amazônicos e o cultivo planta medicinais, a produção de artesanato, a extração de madeira e palhas e a prestação de serviços que exemplificam o uso do território.

Calendário Socionatural Sateré-Mawé

Na elaboração do calendário socionatural foram considerados os seguintes indicadores: o clima, a astronomia, as atividades, os vegetais, os animais e os problemas socioambientais, pelo fato de analisarmos a gestão territorial da comunidade. Foram identificadas as atividades realizadas pelos indígenas na comunidade, ou seja, a territorialidades ao longo do ano (janeiro à dezembro). Citamos a seguir algumas atividades mais relevantes e sua relação com os indicadores no uso do território.

Atividades na comunidade começam o ano (janeiro) com o período de caça difícil, porém a partir fevereiro a caça fica abundante. Os indígenas relatam que na pesca antigamente, usavam o timbó no capinzal nos rios, onde tinha muitos peixes tipo branquinha e peixe cachorro, atualmente essa prática foi proibida pela comunidade por ocasionar a mortes de muitos peixes, o que dificultaria a reprodução de várias espécies.

Nesse período (janeiro) pescam utilizando as malhadeiras (malhas pequenas e médias) e anzóis (linha comprida, caniço e corrico). Nesse período (janeiro, fevereiro, março) também começam a plantar o guaraná e produzir o bastão de guaraná da colheita passada,

colocam o guaraná para secagem e em seguida queima no forno de barro. Começa a colheita da mandioca que se prolonga o ano todo. Início também do ano letivo na escola municipal. No final desse período (janeiro), os igarapés começam a encher e é possível de pescar neles.

O período de início da roça (abril) começa quando fazem a delimitação do roçado na mata, depois marcam o puxirum para derrubada. Período também na comunidade das festividades em comemoração ao dia do índio, onde se faz o ritual da tucandeira (ritual de passagem Sateré para vida adulta, ferroadado por dezena de formigas tucandeira), com sua dança e cantorias expressam suas mágoas, sentimentos, batalhas, guerras, parábolas na vida do povo Sateré-Mawé. Neste mês também, comemoram o aniversário da escola municipal Rosa Cabral.

O período (fevereiro/maio) é bom para os indígenas caçarem a paca, o tatu e cotia, porém, não caçam as guaribas por estarem de bicheira nesse tempo. Uma outra festividade que acontece na comunidade é a festa de São João Batista nos dias 21 a 26 de junho. Os indígenas voltam a roça (julho, agosto, setembro) para a derrubada e queimada, e em seguida para plantar a mãe da roça (maniva) onde toda família e convidados são envolvidos, e posteriormente, a cana, o cará roxo, cará branco ao lado dos paus caídos, plantam ainda o milho, fava, cabaça, jerimum, juruá (comem a semente), banana, macaxeira, maniquera (fazer mingau), entre outros.

Na comunidade escolar há uma programação de ensaio e desfile cívico para a semana da Pátria, com trajes típicos e valorização da cultura indígena. O plantio da maniva continua e inicia a colheita (outubro, novembro) principalmente do cará e de outras plantações, a produção é direcionada ao consumo familiar ou comercialização. Temos ainda a festa do ritual da tucandeira, momento de alegria, pois a roça já está pronta, as caças e pescas começam a serem satisfatória, e a comunidade comemora os bons tempos que virão. Há também nesse período a programação dos dias da criança organizado pela escola juntamente com a comunidade. No mês de dezembro, a comunidade se organiza na preparação de alimentos, quando saem para caça, pescar, colher, torram o guaraná para a festividade de natal, assim como também para o encerramento do ano letivo e formatura dos alunos.

Com base nessas informações adquiridas na Oficina de identificação das relações entre os indígenas e a natureza, relacionados aos indicadores ao longo do ano, elaboramos o Calendário Socionatural Sateré-Mawé de Ponta Alegre (Figura 01). Apesar da base está

toda fatiada, porém, no formato geral torna-se unidade, mostra as relações entre os indicadores (clima, vegetal, atividade, animais, problemas socioambientais e astronomia) através das atividades dos indígenas com a natureza (sociotureza) ao longo do ano (janeiro a dezembro) o que demonstra a utilização e uso do território.

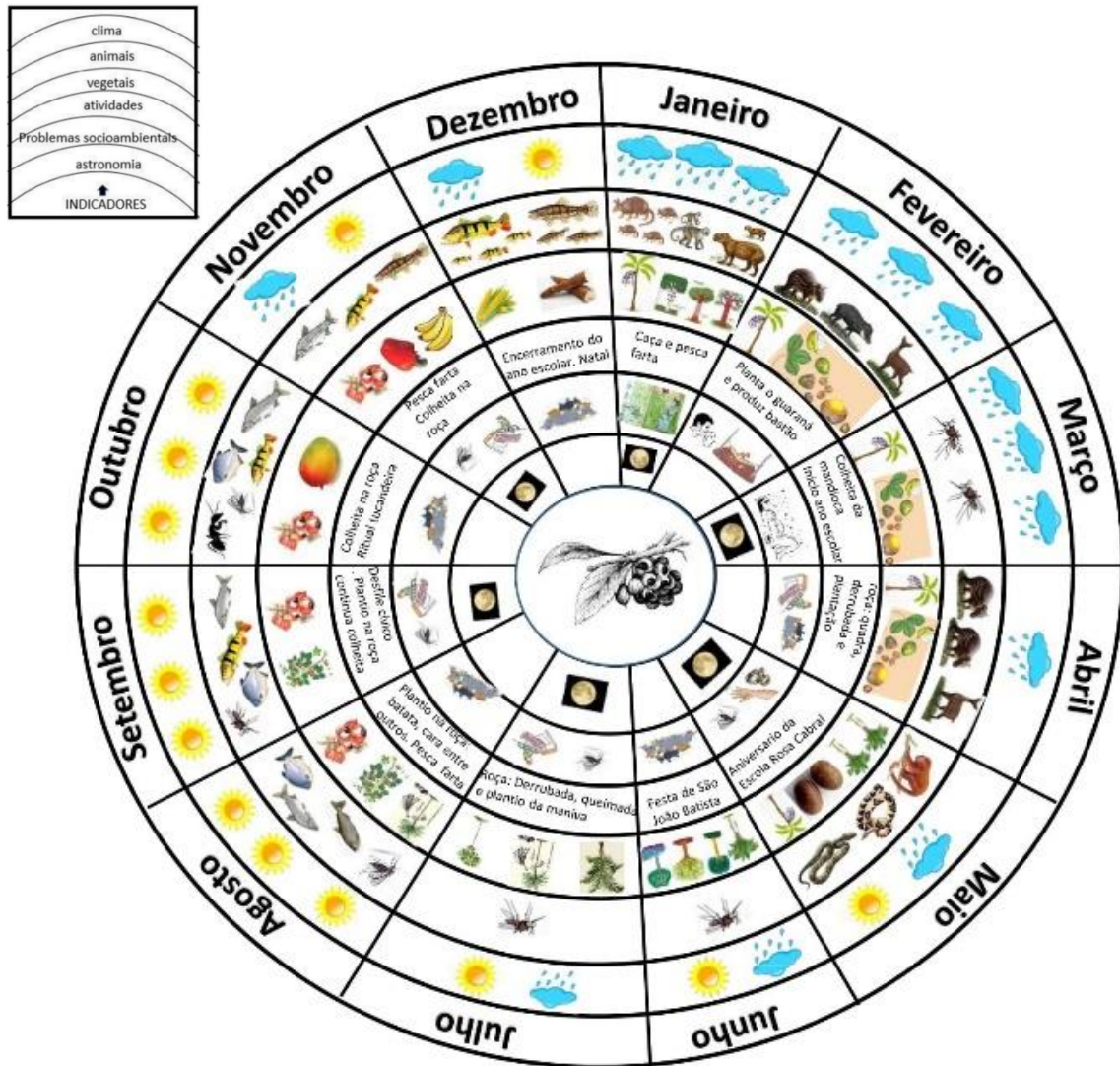


Figura 01 - Calendário Socionatural Sateré-Mawé de Ponta Alegre
 Fonte: Org. Autor, 2020.

Para exemplificarmos o uso do território através relação homem e natureza, temos o indicador (animal), o período de maior abundância e propicio a caçar são os meses de fevereiro a maio, isso devido ao indicador (vegetal) período em que as sementes, frutos da cajurana, uixi, açai, piquiá, buriti, e outros frutos amazônicos floram e caem, devido ao

período de muita chuva, tendo como elemento influenciador o indicador (clima) o que atrai os animais como a paca, o veado, a cutia, entre outros, para baixo das árvores, favorecendo uma diversidade de caças (animais) nesse período.

Os peixes nesse mesmo período somem, devido a cheia dos rios que vai alterar também o indicador (atividade) diminuindo a pesca e voltando na seca do rio, período de abundância dos peixes. Nessa transição é importante ressaltar as alterações no tipo de pesca ou técnica utilizada ao longo do ano, seja com malhadeira, corrico, arma de pesca, anzol, arco e flecha, entre outros. Que serão utilizadas conforme o período do ano.

Da mesma forma atribui a atividade de caça, que no segundo semestre do ano diminui, se torna difícil, o que irá alterar também as técnicas utilizadas, com ou sem cachorros, nas áreas próximas as margens dos rios ou nos centros da mata.

Com o período de muitas chuvas o indicador (problemas socioambientais) se destaca com os crescentes números de diarreia, gripe e tosse, principalmente em crianças e destino inadequado do lixo, assim como aumento de picada de animais venenosos.

Etnomapeamento das atividades: uso do território

O etnomapeamento consiste na localização espacial feito pelos próprios indígenas das atividades executadas de uso do território, que possam contribuir para a compreensão da territorialidade através da localização espacial das atividades no território.

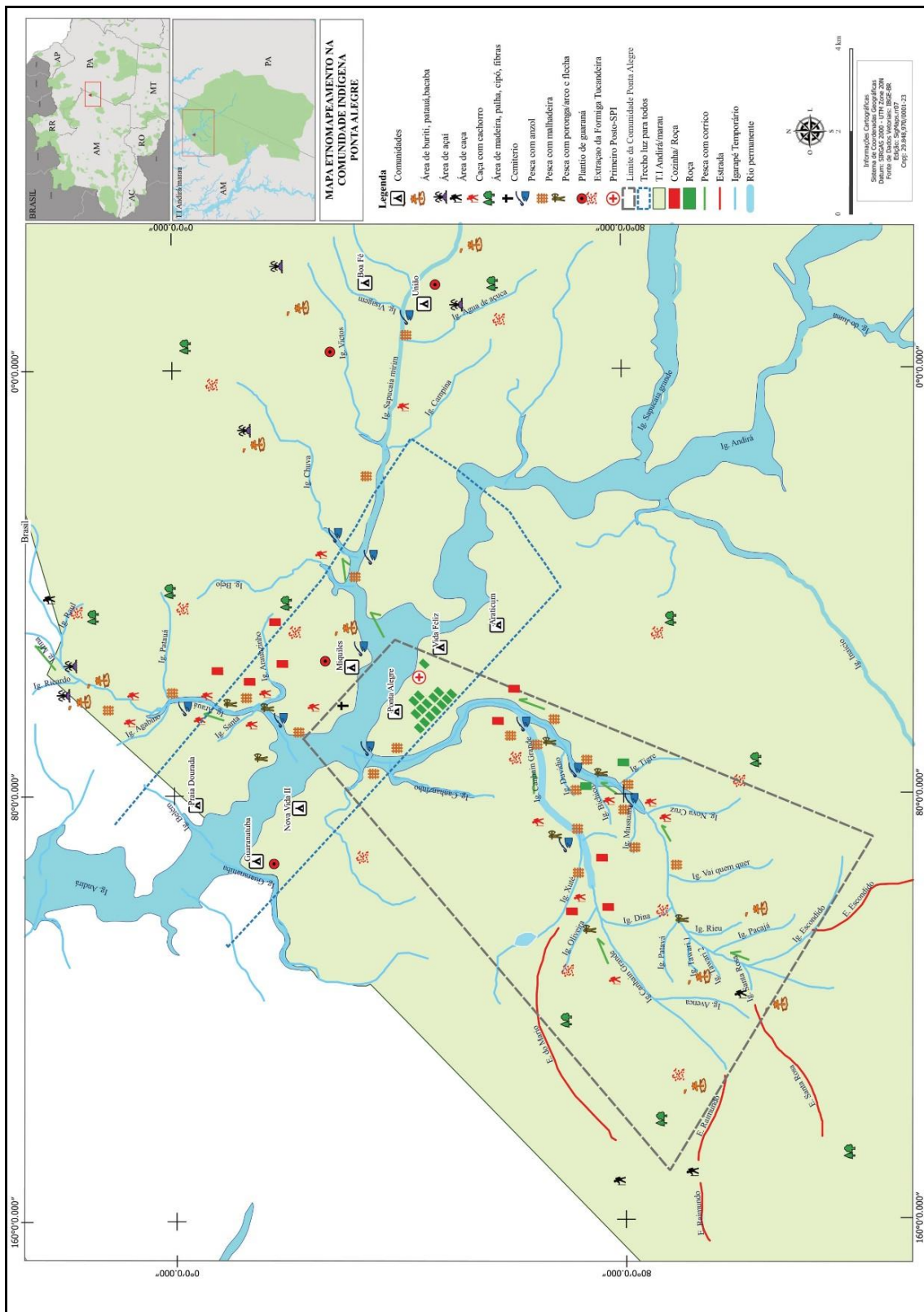
Observamos no mapa 03- Sateré Mawé uso do território em Ponta Alegre, adiante, com base nos dados do IBGE (2019) e informações adquiridas com moradores nas entrevistas, que na comunidade de Ponta Alegre há atividades executadas fora da sede, muitas vezes em áreas pertencentes a outras comunidades. As atividades de uso do território estão nas localidades conhecido como Arauá; Sapucaia Mirim e Diamantino, nomes atribuídos ao igarapé principal em cada localidade.

Localidade do Arauá: os igarapés do Arauá estão localizados entre as comunidades Praia Dourada e Vila Miquiles na margem direita do rio Andirá. O igarapé principal Arauá, adentra em direção ao norte ultrapassando o limite da Terra Indígena Andirá/Marau, ao longo do igarapé principal Arauá (permanente) há outros igarapés menores (temporários), que muitas vezes recebem o nome de seus antigos moradores.

No Arauá existem moradores de outras comunidades, como de Guaranatuba, Praia Dourada e Nova Vida II, é importante frisar que a localidade não pertence somente aos moradores de Ponta Alegre, mas de uso coletivo, porém, se torna de uso familiar no momento que

constroem seus sítios, roçado e praticam demais atividades. Estão presentes as atividades realizadas pelos moradores de Ponta Alegre que são a maioria, juntamente com as atividades dos moradores de outras comunidades.

Localidade Sapucaia Mirim: localizado a margem direita do rio Andirá, a leste de Ponta Alegre (margem esquerda), o igarapé principal Sapucaia Mirim (permanente) se direciona a leste, adentrando a Terra Indígena, onde os indígenas de Ponta Alegre executam suas atividades, temos ainda os igarapés temporários que somem nas matas. Podemos exemplificar o igarapé do Beijo, igarapé da Chuva, igarapé Victor, igarapé da Visagem, igarapé Campina, igarapé de Açúcar entre outros.



Mapa 03 - Sateré Mawé uso do território em Ponta Alegre

Fonte: IBGE (2019). Org. Autor, 2020.

Nesta localidade as atividades de uso do território são de ações dos moradores da Vila Miquiles, Nova União, Boa Fé e Ponta Alegre. Cada família possui seu sítio, caracterizando de uso familiar, assim como também há o território de uso coletivo que vão ser encontrados do início ao fim do Sapucaia.

Localidade Diamantino: localizado a oeste de Ponta Alegre, o igarapé do Diamantino se estende para o sul, é o maior igarapé onde são executadas as atividades, ao longo do igarapé que é permanente, encontram outros igarapés temporários, como o igarapé do Canhanzinho, Duvidio, Pichico entre outros.

No Diamantino as atividades são dos moradores de Ponta Alegre, diferente do Arauá e Sapucaia Mirim. O Diamantino é o mais extenso igarapé onde estão localizadas as atividades de uso familiar e coletivo, é na direção do Diamantino que a Comunidade (sede) de expande, como o setor IV ou Vila Brasil.

É importante lembrarmos que em todas as localidades como Arauá, Sapucaia Mirim e Diamantino são realizadas diversas atividades de uso do território, porém em algumas com maior intensidade.

Considerações Finais

Para compreendermos e analisarmos as territorialidades Sateré-Mawé em Ponta Alegre, foi fundamental ponderar os seguintes esclarecimentos. O primeiro diz respeito ao processo geohistórico da territorialização do território Sateré-Mawé, no qual Haesbaert (2007, p.101) analisa o território a partir de três vertentes jurídico-político, cultural e econômico. O território jurídico político, quando o território é entendido como um espaço delimitado e controlado por um poder, especialmente estatal, isso ocorreu no momento que foi homologada a Terra Indígena Andirá Marau em 1986.

O território cultural, é visto como produto de apropriação feito através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço. Nesse sentido de acordo LORENS (1992), os Sateré Mawé com a homologação da terra indígena, apenas uma pequena extensão do território tradicional ou ancestral ficou dentro dos limites.

O segundo questionamento diz respeito a territorialidade, ao identificar quais as ações/atividades e localizações espaciais realizadas pelos agentes sociais indígenas no uso do seu território. A territorialidade Sateré Mawé está atribuída as atividades de caça, pesca, roçado, cultivo, entre outras, em área de uso familiar ou coletivo, onde o Calendário

Socionatural proporcionou a identificação das atividades, e o etnomapeamento a localização espacial em três localidades, o Arauá, Sapucaia Mirim e Diamantino.

O terceiro questionamento, buscou saber quais as relações sociais e políticas dos agentes sociais ou autores da comunidade e os elementos indicadores da territorialidade Sateré-Mawé. Atualmente os agentes sociais da territorialidade Sateré Mawé em Ponta Alegre são atribuídos aos indígenas e não indígenas. Ao Tuxaua Geral Amado Filho; Tuxaua da comunidade Hélio Barbosa e o presidente da comunidade Jamilsom Barbosa. Todos exercem agentes sociais da organização territorial, uso do território, assim como as instituições com FUNAI, SESAI, SEDUC-AM, Prefeitura de Barreirinha-Am e Igrejas.

Com a pesquisa pretendemos oportunizar políticas públicas de gestão territorial ao povo Sateré-Mawé. Além de uma contribuição significativa para compreensão do espaço geográfico.

Referências

FIORI, A. L. *Conexões da Interculturalidade: cidades, educação, política e festas entre Sateré-Mawé do Baixo Amazonas*. 2018. Tese (doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. 489f.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO. Modalidade de Terras Indígenas. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 11 set. 2018.

GASCHÉ, J. Crianças, professores, membros da comunidade e escritos antropológicos como fontes de conteúdo e atividades escolares indígenas como ponto de partida para processos pedagógicos interculturais: um modelo sintático da cultura. *Educando na diversidade. Pesquisa e experiências educacionais interculturais e bilíngües*. Quito: Abya-Yala, p.279-365, 2014.

HAESBAERT, R. *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p.396.

HAESBAERT, R.; ARAÚJO, F. G. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). *Identidade e Territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 93-123, 2007.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. *Geografia*. Rio de Janeiro, v 11, n. 17, p.19-44, 2007a

LORENZ, S. S. *Sateré-Mawé: os filhos do guaraná*. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 1992, p.159.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993, p.269.

REPETTO, M; SILVA, L. J. S. *Experiências inovadoras na formação de professores indígenas a partir do Método Indutivo Intercultural no Brasil*. Campo Grande: Tellus, p.39-60, 2016. <https://doi.org/10.20435/tellus.v0i30.402>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS/ FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO/ FUNDAÇÃO ESTADUAL DE POLÍTICA INDIGENISTA DO AMAZONAS/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS. Relatório Técnico do Diagnóstico Sócio Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé das Áreas Indígenas Andirá- Marau (Municípios de Barreirinha, Parintins e Maués) e Koatá-Laranjal (Município de Borba), Manaus, 2004,146f.